

DISCURSO DE POSSE

Ainda há gente que não sabe, quando se levanta, de onde virá a próxima refeição e há crianças com fome que choram.

Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos. (Nelson Mandela)

Tomou posse em dezembro passado a juíza Luislinda Valois como desembargadora no Tribunal de Justiça da Bahia. A juíza é conhecida por ter sido a primeira magistrada afrodescendente do Brasil.

Após 66 anos, vez que criada em 1945, pela primeira vez na história uma mulher discursou na abertura da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) a Presidente Dilma Rouseff.

Pela primeira vez neste Tribunal um negro genuinamente capixaba, pois nascido em Celina, município de Alegre, chega ao topo da carreira no Estado, é eleito e assume como Desembargador.

Tomou posse como Presidente deste Tribunal o mais novo na história do Estado, Des. Pedro Valls Feu Rosa. 2011 foi um ano histórico e de vitórias!

Afirmou Gandhi:

o homem se torna muitas vezes o que ele próprio acredita que é. Se eu insisto em repetir para mim mesmo que não posso fazer uma determinada coisa, é possível que eu acabe me tornando realmente incapaz de fazê-la. Ao contrário, se tenho a convicção de que posso

fazê-la, certamente adquirirei a capacidade de realizá-la, mesmo que não a tenha no começo.

Eu acreditei que podia ser diferente. Lutei contra a pobreza, o preconceito, a discriminação e a desigualdade social que, lamentavelmente, ainda há no Brasil.

São as nossas escolhas que fazem de nós o que somos. E sempre devemos escolher o certo. Filho de família pobre, negro e de pele preta, com orgulho, saí de Alegre para ajudar com meus pais a fundar o Bairro da Penha (Morro da Penha), e, como ajudante de pedreiro, trabalhei na construção da casa onde residi na juventude. Lá, dentre vários que viviam na marginalidade, preferi e escolhi estudar para ser o primeiro da família a acessar um curso superior e um dos poucos negros, à época, a atingir tal realização.

Como único negro de uma das turmas de Direito da UFES, procurei sobressair, dedicando-me de corpo e alma ao estudo, mesmo com dificuldades. Nunca tive pretensão de ser o melhor aluno, mas sempre tentei estar entre os melhores. Isso foi testemunhado pelos colegas desembargadores José Paulo e Carlos Simões; pelos colegas magistrados Cristina Ferreira, Janete Vargas Simões, Inês Vello, José Rodrigues Pinheiro; pelos procuradores de justiça Heloísa Chiabai, Ivanilce Romão, Antônio Carlos Amâncio Pereira; pelos brilhantes advogados Carlos Alberto Azevedo Medeiros, Homero Junger Mafra, Helcias Castro e outros, meus queridos colegas de turma.

Tinha que ser o orgulho de meu pai, que não mais está entre

nós; de minha mãe, graças a Deus presente e que tantas vezes passou por necessidades para que eu não fosse prejudicado em minha caminhada **(a sua benção, Mamãe)**. Tinha que ser exemplo de meus irmãos biológicos (Maísa, nossa colega magistrada, que pôde seguir meu exemplo, Marisa, Marley, Mara e Wesley, *in memoriam*); de meus irmãos de raça, afrodescendentes, de cor preta ou não, de pobres e de todos aqueles que, como eu, lutaram, em virtude das adversidades colocadas pelo fato de ter nascido pobre, sendo negro ou não.

O homem como produto do meio é algo muito complexo para entender. Nem todos que nascem e são criados na periferia, nos morros e guetos estão condenados à marginalidade eterna. O sistema não é de casta. Muitos saem médicos, advogados, engenheiros, juízes, promotores, jogadores de futebol, músicos, cantores, etc. Apesar das poucas oportunidades colocadas à disposição desses “marginalizados socialmente”, com garra e determinação é possível vencer. E eu venci, a despeito das adversidades, inexistência de cotas, restrição de oportunidades e outros. Sempre estudei em escola pública e ingressei no Judiciário como *office-boy*, trabalhei como escrevente auxiliar de cartório não oficializado, fui advogado militante, sou professor e juiz. Amante do Direito Penal e Processual Penal, como sabido, aprendi a ser garantista, inclusive nos demais ramos. Nunca dormi com consciência pesada como magistrado, pois sempre que decido entendo estar sendo justo e julgando de acordo com o Direito, respeitando sempre as garantias constitucionais. Ajo desta forma há 23 anos como magistrado, porque a legitimidade democrática da

jurisdição depende, nas palavras de Sócrates, da presença de 4 características: escutar com cortesia, responder sabiamente, ponderar com prudência e decidir imparcialmente. Dessa forma, seremos o Judiciário que a sociedade merece, confiável, eficiente, ágil, transparente e, principalmente, sensível às transformações e anseios sociais. Não há espaço para justiça cega e seletiva.

Para a maioria, a raça e a cor da pele não interessam. O preparo, o conhecimento e a inteligência sim. É que, infelizmente, e apesar das normas proibirem, ainda vemos atos de racismo, injúria racial, homofobia, etc., em todos os meios. É hipocrisia não admitir. Exemplos mais recentes ocorreram na São Paulo Fashion Week, em abril de 2009, quando se descobriu que as modelos negras eram preteridas e o Ministério Público instaurou um inquérito civil público. A estilista Glória Coelho, chamada a prestar depoimento sobre o fato, disse: “na Fashion Week já tem muito negro costurando, fazendo modelagem, muitos com mãos de ouro, fazendo coisas lindas, tem negros assistentes, vendedoras, faxineiras, por que tem de estar na passarela?” Esse fato foi citado pelo desembargador do Rio de Janeiro Paulo Rangel, também negro, ao tomar posse, que afirma que, segundo ela, o lugar comum para o negro é qualquer lugar menos na passarela. Pergunta o desembargador Paulo Rangel e me associo à sua indagação: “Imagina se ela me vir aqui tomando posse como desembargador?”. Com o Deputado Jair Bolsonaro do PP/RJ, que qualificou como promiscuidade a possibilidade de um filho seu ter relação com uma mulher negra, referindo-se à artista Preta Gil, e fez ataques a homossexuais, como se ele fosse melhor que os

outros. A Ministra da Igualdade Racial Luiza Barros classificou as declarações do parlamentar como “caso explícito de racismo”. O presidente da OAB tomou providências. Esse mesmo cidadão, recentemente, questionou a Presidenta Dilma com afirmação homofóbica. Perdeu a noção. É lamentável, mas ainda vemos torcedores nos estádios chamando jogadores negros de “macacos”, jogando cascas de banana e fazendo gestos; nos colégios crianças discriminadas por serem negras; pobres; por serem gordas, por terem necessidades especiais; atos de homofobia, *bullying*, etc.

Vamos dar um basta a essa coisa de raça, cor da pele, classe social, opção sexual. Somos iguais. Lutemos contra qualquer forma de discriminação sem a afirmação hipócrita de que ela não existe. Mostremos o nosso potencial para realizar nossos sonhos. Eu realizo hoje, você também pode. Você, José, Maria, Pedro, Sebastião, diga isso para os seus filhos, netos, etc. Seu Vicente, irmão na cor, diga isso a seus filhos, netos e vizinhos, diga a eles que nós podemos vencer. Dê a eles a oportunidade que, infelizmente, não teve, pelo menos esclarecendo que, se lutarmos, não há limite.

Vários brasileiros lutaram e lutam contra a discriminação. As desigualdades persistem. Na lista de adoção, **40%** só querem adotar crianças brancas. Mais de **70%** de homens e mulheres negras estão subempregados ou desempregados. Nos presídios, a população carcerária de negros, segundo dados mais recentes, é de **73,83%**. No Executivo, Legislativo e Judiciário só um percentual mínimo tem acesso. Na história do Poder Judiciário, eu sou o

primeiro Desembargador capixaba negro, considerando que o Des. Danton Bastos, que exerceu a Presidência deste Tribunal em 1946 e 1956, não era capixaba, pois nascido em São Fidélis-RJ. No Estado, num universo de **295** magistrados, na ativa, **3%** são declarados negros. E o Brasil não tem racismo. Que hipocrisia. Lutemos pela igualdade. O Brasil já se conscientizou do ranso racista editando a lei antirracismo; criando o Ministério da Igualdade, mas a conscientização ainda não é absoluta.

Luther King, no século passado, acreditava numa América unida, que as muralhas da separação criadas pela segregação legal e de fato, e a discriminação baseada na raça e na cor, podiam ser erradicadas. Como ele disse em seu discurso no monumento a Washington: "eu tenho um sonho". Ele tinha fé em seu país. Morreu lutando para dessegregar e integrar a América, a fim de que a grande nação, nascida na revolução e no sangue, formada na liberdade e dedicada à proposição de que todos os homens são criados livres e iguais, venha realmente a tornar-se o farol da liberdade, onde ninguém será rejeitado porque sua pele é preta, e ninguém favorecido porque seus olhos são azuis; onde a nação será militarmente forte, porém perpetuamente em paz; economicamente estável, porém equitativa; instruída, porém criteriosa; em que os pobres, os lixeiros, terão alimentos suficientes, de sobra; onde ninguém morará em condições de pobreza e cada um será educado conforme a sua capacidade; e onde os mais ricos compreenderão o significado da empatia. Este era o seu sonho, e o objetivo pelo qual ele lutou. Como ele e seus adeptos tão frequentemente cantaram: "nós um dia triunfaremos;

negros e brancos unidos.”

Digo eu, isso não é utopia. Esse é o Brasil dos meus sonhos. Tenho fé na vitória da batalha, pela justiça social. Não há distinção entre poderosos e humildes; raças diferentes, ricos e pobres. A defesa deve ser da causa dos humilhados.

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar. Sonho com o dia em que a justiça correrá como água e a retidão como um caudaloso rio. (Martin Luther King Jr.)

Advoguei por 12 anos, principalmente para os pobres e da advocacia sobrevivi. Jamais permiti que violassem meus direitos e minhas prerrogativas. Advogados, sempre vou respeitá-los e valorizá-los. Sem vocês não há justiça.

Ingressei na magistratura após advogar por vários anos para realizar o sonho de “dizer o Direito”. Sou magistrado por ideal. Realizo-me quando julgo e sempre penso estar fazendo justiça, pois sempre julgo com convicção e nunca me afasto do conceito de justo e da prova dos autos. É árduo o ofício jurisdicional no 1º grau, que é equivocadamente chamado de “juízo de piso”. Isso ofende e coloca em posição inferior o magistrado que dirige o processo e que é o primeiro a se esbarrar com a escassez de recursos materiais e humanos, com a insegurança, com a cobrança social e dos órgãos de controle pela celeridade.

Os juízes que decidem monocraticamente devem ser valorizados, pois carregam o maior fardo, estando em contato direto com as partes e a prova, recebendo a cobrança maior da

sociedade. Não há crítica ao 2º grau, que também tem suas carências. É um alerta de quem sai do 1º para o 2º grau: não abandonem os juízes. As barreiras para decidir de forma colegiada serão transpostas pelo meu gosto ao estudo do Direito, pela vontade de fazer justiça e pela disposição de subtrair de Vossas Excelências o conhecimento que adquiriram nesta Corte.

Há de se dar condições materiais, financeiras e segurança para os magistrados, para que trabalhem com independência e autonomia. Nesse sentido, o movimento associativo de magistrados e promotores lançou as bases da campanha nacional sobre a valorização das carreiras e conclamou no Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, 21 de setembro de 2011, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como a Procuradoria Geral da República, reivindicando: a instituição de aparato de segurança, que garanta a incolumidade da saúde e da vida; sistema de saúde que previna adoecimentos físicos e mentais, com adequada cobertura previdenciária e política remuneratória, que respeite a Constituição Federal e garanta a recomposição das perdas inflacionárias, resgatando a valorização do tempo de carreira dos membros da magistratura e do Ministério Público.

Há uma semana, o Presidente do STF, Ministro Cesar Peluso, afirmou: “esse é o melhor Judiciário que o Brasil já teve; que diz o direito com transparência e celeridade.” Essa é a cara do nosso Judiciário. Não interessa, senhores, que o CNJ tenha ou não tenha poderes limitados porque sempre cumprimos as metas; a transparência e a celeridade decidindo de forma isenta. Não

interessa se medidas tomadas pelo Conselho violam, ou não, nossos dados fiscais e bancários porque nada escondemos. O Judiciário capixaba é outro, transparente, aberto, acessível e sem blindagens. Está com o povo e para o povo. Só temos preocupação com acesso fácil ao Judiciário, justiça célere e transparente. Esta sempre foi minha preocupação e continuará sendo. A história mudou de rumo. Não há espaço para retrógrados, e nós, magistrados, não somos Deuses. Homens com função pública não podem ficar isentos de responder por seus desvios.

Ainda o Presidente do STF, na sessão solene de abertura do ano judiciário, dia 1º de fevereiro, nesse sentido afirmou:

A magistratura é tão imperfeita, nos ingredientes humanos, quanto todos os demais estratos da sociedade, sem exceção alguma, mas afirma que sua assombrosa maioria é fiel aos princípios morais no seu exercício profissional. Lembra, ainda, que a corrupção não é objeto de geração espontânea nem resultado de forças estranhas à dinâmica social e, sim, produto de sociedades que privilegiam a conquista e o acúmulo por qualquer método, de bens materiais, em dano do cultivo dos valores da ética e da decência pública e privada.

Fazemos cumprir a lei porque ao seu império também estamos sujeitos. Tudo isso é ratificado pelas ações da nova Mesa Diretora que, alicerçada pelos membros desta Corte e pelos que antecederam e adotaram essa mesma linha ética e transparente, sonharam com o Judiciário que estamos vendo. Hoje, os poderes Executivo e Legislativo têm, respeitada a autonomia e harmonia,

essa mesma preocupação. O CNJ não só pode como deve fiscalizar o Poder Judiciário. Isso já foi decidido.

No cotidiano forense, entraves existem. No campo penal, a celeridade da prestação jurisdicional se esbarra com a antiga precariedade e sucateamento dos órgãos de segurança pública, carentes de estrutura, principalmente a polícia judiciária, cujo trabalho alimenta a atuação do Ministério Público, titular da ação penal, e a Polícia Militar, no trabalho preventivo. A exemplo disso, vimos frustrados os esforços da força tarefa criada pelo Ministério Público para apurar homicídios cometidos até 2007, que se esbarrou na falta de estrutura da Polícia Civil. É sabido que a ONU recomenda **1** perito para cada **5 mil** habitantes e, no Estado, há **1** perito para **70 mil**. Impossível reduzir a violência se não há prevenção e apuração eficientes. Sabemos da preocupação do anterior e atual governos nesse sentido, dentro das limitações econômicas do Estado. O Judiciário fica de pés e mãos atadas pois, em virtude do princípio da inércia da jurisdição e do devido processo legal, sem provas, não tem como aplicar sanção, pois não é provocado pelo Ministério Público.

No campo extrapenal, além dos obstáculos listados, a celeridade se esbarra na falta de juízes, servidores, instrumentos tecnológicos defasados e etc., como bem afirmou o Presidente deste Tribunal. Tudo isso acaba por atrasar, e muito, a entrega da prestação jurisdicional ao cidadão. Não é possível aceitar que, de acordo com levantamento realizado pela própria Presidência, haja audiência no âmbito dos **Juizados Especiais** designada para **abril**

de 2013! Isso é absurdo! Ainda de acordo com dados deste Tribunal, **mais de 80%** das ações de improbidade administrativa estão atrasadas, responsabilidade que, com todo respeito, não deve ser atribuída às cegas aos magistrados. Mas isso é inadmissível. Tomei conhecimento dia 6/02/2012, na solenidade de instalação da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, que, na Comarca de Alegre, tem ação de improbidade envolvendo ex-prefeito tramitando há **8 anos**, com inocentes figurando no processo e com seus parques bens bloqueados. Como dito, os entraves humanos e materiais são incontáveis, mas orgulho-me oficiar em um Tribunal cujo Presidente, em carta divulgada em nosso portal eletrônico, entende: "não há vergonha em expor, de forma pública e aberta, os nossos problemas e deficiências. **Vergonha seria não tentarmos corrigi-los, um a um.**"

E a sociedade, sem dúvida alguma, tem visto uma enérgica resposta por parte deste Tribunal, talvez jamais observada em outra Corte de Justiça. Diversas equipes de força-tarefa já se formaram para a regularização, por exemplo, das ações de improbidade administrativa, com a criação e instalação de vara única, e das audiências dos Juizados Especiais. Neste último caso, segundo o Presidente deste Tribunal, a previsão é de que em **60 dias**, sempre pelo período da manhã, sejam realizadas **300 audiências!** Além disso, foram constituídas comissões especializadas para o auxílio em assuntos de suma importância para o Estado, como a Execução Penal, Segurança Pública, Mulher, Construção do novo Fórum de Vitória, Execuções Fiscais, Planejamento Estratégico, Crimes de Mando e Pistolagem,

Corrupção e, ainda, **Tortura**, tendo sido aceito por mim o desafio de presidir esta última.

Sonhei em chegar antes, mas o horário de Deus é diferente do nosso. Chego na hora certa para unir esforços à Mesa Diretora na construção de um novo Judiciário. Temos que mudar os dados estatísticos negativos, pois, segundo levantamento da Escola de Direito da FGV, coordenada pela professora Luciana Cunha, foi demonstrado que **89%** da população considera o Judiciário moroso; **88%** disseram que os custos para acessar o Poder são altos; e **70%** acreditam que o Judiciário é difícil, ou muito difícil, de utilizar. Vamos mudar esse quadro.

Mas a solução para os problemas do Judiciário, que são graves em todo o País, não virá como em um “passe de mágica”. Certamente, jamais atingiremos a perfeição, mas não devemos poupar esforços no sentido de amenizar o inegável sofrimento daquele que busca o seu direito através da última via que lhe é dada, o Judiciário. É lição de **Albert Einstein**: “o único lugar em que **sucesso** vem antes do **trabalho** é no dicionário.” É com esse objetivo que estou assumindo, trabalho, trabalho e trabalho.

Senhoras e senhores, agradeço a Deus por tudo que sempre me proporcionou e por ter me dado muito mais do que fiz por merecer; ao meu pai Vantuil que, há tanto tempo, não tenho mais sua presença física, pelo legado de retidão e honestidade; à minha mãe Irene, presente à esta solenidade, pelos cuidados com a minha criação, mesmo diante de todas as dificuldades; à minha esposa, Nazaré, gatinha (amor da minha vida), sem você não teria vitória;

aos meus filhos Willian (Júnior) e Diego, molas propulsoras de meu esforço e dedicação; aos netos, Luísa e Mateus; às minhas irmãs, já citadas; aos sobrinhos, primos e cunhados; aos amados mestres Hélio Gualberto, Homero Mafra (pai), Eugênio Sette, João Batista Herkenhof e outros; a todos os Desembargadores, principalmente àqueles que sempre estiveram comigo e aos que, no tempo certo, me ampararam; aos amigos magistrados ou não, promotores, advogados, serventuários, alunos, empregados da manutenção, motoristas, garçons, torcedores de sempre.

Já se afirmou que os discursos devem ser como os vestidos das mulheres. Nem tão curto que nos escandalize e nem tão longo que nos entristeça.

Tenho dito! Muito obrigado!